

<b>PROCESSO</b>	- A. I. Nº 207162.0009/02-0
<b>RECORRENTE</b>	- JEAN PIERRE ERNEST LIECHTI
<b>RECORRIDA</b>	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
<b>RECURSO</b>	- RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JJF nº 0287-02/03
<b>ORIGEM</b>	- IFMT-DAT/METRO
<b>INTERNET</b>	- 18.12.03

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0171-12/03

**EMENTA:** ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ESCOLHA DA VIA JUDICIAL. ESGOTADA A INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. A propositura de medida judicial pelo sujeito passivo importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa ou a desistência da impugnação ou recurso acaso interposto, em conformidade com art. 126, do COTEB (Código Tributário do Estado da Bahia – Lei nº 3.956/81). Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado para exigir o ICMS no valor de R\$108.431,31, em razão do contribuinte deixar de recolher o imposto, no momento do desembarque aduaneiro de um barco à vela equipado com motor, liberado mediante Mandado de Segurança, com concessão de liminar, consoante o Termo de Apreensão e documentos de fls. 6 a 17 dos autos.

Em sua defesa alega o contribuinte que a operação estava amparada em Medida Liminar, determinando a imediata suspensão da exigibilidade do ICMS do bem importado, requerendo o arquivamento da exigência do imposto e da multa. Afirma que o importador é pessoa física não comerciante, e a exigência do imposto nessa condição é inconstitucional.

A Junta de Julgamento Fiscal observou que a questão levantada sobre a inconstitucionalidade do tributo é de competência do Supremo Tribunal Federal, não merecendo qualquer apreciação por parte deste órgão; a importação do barco à vela está sujeita à tributação; e ainda, que a Liminar suspende a exigibilidade do crédito tributário, porém não exime o contribuinte do pagamento das multas e cominações legais. Vota pela Procedência do Auto de Infração, devendo ficar suspensa a exigibilidade do crédito tributário até a decisão final do Mandado de Segurança.

Intimado, o contribuinte, através de advogado, interpôs Recurso Voluntário, no prazo legal, reiterando os argumentos apresentados em sua defesa, com ênfase para a inconstitucionalidade do tributo e à ilegitimidade da multa aplicada.

Concluindo o Recurso Voluntário, pugna e reclama pela IMPROCEDÊNCIA da aplicação da multa, nos termos lançados pelo ilustre Auditor Fiscal, face à notificada suspensão da exigibilidade determinada pela mediada liminar tempestivamente concedida.

A Procuradoria Fiscal (PGE/PROFIS), exarou Parecer nos autos, por intermédio da Dra. Maria José Ramos Sento Sé, destacando que, da análise das razões expendidas no recurso, considera presentes provas que evidenciam a escolha do contribuinte pela via judicial. E nessa hipótese,

conforme preceitua o art. 126 do COTEB, fica prejudicada a sua defesa ou recurso voluntário, provocando o encerramento da instância administrativa e o encaminhamento do processo à Procuradoria Fiscal para controle da legalidade e adoção das medidas cabíveis. Outrossim, o art. 125, II do mesmo diploma legal determina que não se inclui na competência dos órgãos julgadores a questão sob apreciação do Poder Judiciário ou por este já decidida. Ressalta também o disposto no art. 117 do RPAF, conforme o qual a propositura da medida judicial pelo sujeito passivo importa a renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa ou a desistência da impugnação ou recurso interposto. Considera prejudicado o Recurso Voluntário o e sugere a extinção do processo, acompanhada da remessa dos autos para a PROFIS para adoção das medidas legais cabíveis.

## **VOTO**

Conforme fundamentado Parecer da ilustre Procuradora, fica prejudicado o exame na esfera administrativa, por imposição legal, assistindo exclusivamente ao Poder Judiciário decidir sobre a adequada aplicação da lei ao caso concreto, tornando-se, portanto, inadequado e inócuo submeter a mesma questão ao CONSEF. Por todas essas razões, julgo **PREJUDICADO** o processamento do Recurso Voluntário, devendo ser encaminhado os autos à PGE/PROFIS para adoção das medidas cabíveis, conforme prevê o art. 126 do Código Tributário Estadual

Nestas condições, voto pela Extinção do presente PAF.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário apresentado e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº 207162.0009/02-0, lavrado contra **JEAN PIERRE ERNEST LIECHTI**, devendo o mesmo ser encaminhado à PGE/PROFIS para adoção das medidas cabíveis.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de Novembro de 2003.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

FAUZE MIDLEJ – RELATOR

MARIA OLIVIA TEIXEIRA DE ALMEIDA - REPR. DA PGE/PROFIS